

MUSA

museus, arqueologia & outros patrimónios

Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal

Setúbal, 2010

3

MUSA

museus, arqueologia & outros patrimónios

**Volume 3
Setúbal 2010**

**FIDS & MAEDS
Autarquias do Distrito de Setúbal**

Ficha Técnica

Edição

Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS) e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)

Direcção

Joaquim Martins Gonçalves (Presidente da Assembleia Distrital de Setúbal)

Coordenação Editorial

Joaquina Soares

Conselho Científico

António Nabais
Carlos Marques da Silva
Carlos Tavares da Silva
João Luís Cardoso
Mário Canova Moutinho
Mário Varela Gomes
Victor S. Gonçalves
Vitor Serrão

Conselho Redactorial

Antónia Coelho-Soares
Amélia Pardal
Clara dos Santos
Fernanda do Vale
Germesindo Silva
Graça Filipe
Isabel Vicente
Luís Ferreira
Miguel Correia
Rosa Bela Azevedo
Rosário Gil
Teresa Rosendo

Secretariado e correspondência



Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
Av. Luísa Todi, 162; 2900-451 Setúbal (Portugal)
Telefs - (351) 265239365/265534029; Fax - (351) 265527678
Email - maeds@mail.telepac.pt

© - Direitos reservados pelos autores e MAEDS. Interditada a reprodução de imagens.

Capa

Moinho de Maré do Cais (Montijo). Foto da Câmara Municipal de Montijo.

Contracapa

Estela-menir II da Anta Grande do Zambujeiro, fotos de arquivo do MAEDS; placa de xisto gravada da Anta Grande do Zambujeiro, esc. 1:1, foto de Manuel Ribeiro.

Execução gráfica

Ana Paula Covas

Tratamento de imagens

Ana Castela

Impressão e acabamento

Depósito legal n.º

ISSN

1646-0553

Tiragem

1400 exemplares

Índice

Museus	7
Joaquina Soares <i>Museologia de escala regional. Breve reflexão a partir das rotinas do MAEDS</i>	9
Cíntia Mendes <i>Plano das Memórias do Concelho de Alcochete</i>	21
Carmen Carvalho <i>O Museu Mineiro do Lousal. Mina de Ciência - Centro Ciência Viva</i>	27
Maria Clara Santos <i>O moinho de maré de Alhos Vedros e a exposição temporária “O Ciclo do Pão”</i>	34
Micaela Casaca Sécio <i>O Moinho de maré do Cais. Experiência de uma musealização in situ</i>	43
Francisco Borba <i>O Museu de Setúbal e o seu fundador, João Botelho Moniz Borba</i>	49
Arqueologia	63
Françoise Mayet <i>Robert Etienne (1921 - 2009)</i>	65
Joaquina Soares <i>Dólmen da Pedra Branca. Datas radiométricas</i>	70
Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva <i>Anta Grande do Zambujeiro - arquitectura e poder. Intervenção arqueológica do MAEDS, 1985-87</i>	83
Michelle Teixeira dos Santos <i>Alguns materiais inéditos do Moinho da Fonte do Sol das colecções de arqueologia do Museu Municipal de Palmela</i>	130
Mário Varela Gomes <i>Estela epigrafada, da I Idade do Ferro, da Cerca do Curralão (Almodôvar, Beja)</i>	137
Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares, Licínia Nunes Correia Wrench <i>Os primeiros mosaicos romanos descobertos em Caetobriga</i>	149
Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares, Antónia Coelho-Soares, Susana Duarte, Ricardo Miguel Godinho <i>Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Augusto Flamengo, n.ºs. 10-12</i>	165
Outros Patrimónios	179
Carlos Beloto <i>Onde e como estão os mosaicos romanos em Portugal? Um olhar do lado da conservação</i>	181
Francisco Rasteiro, Soraia Matos, Marisa Loureiro, João Santos <i>Sistema do Frade</i>	197
Rosalina Carmona <i>Barreiros e Barreiro. Considerações em torno de um topónimo</i>	207
António Camarão <i>Alburrica - Mexilhoeiro. Um conjunto patrimonial</i>	215
Alexandre Arménio Tojal <i>Platibandas: funcionalidade e estética na arquitectura doméstica oitocentista da Aldeia Galega / Montijo</i>	221
Adelina Gomes Domingues <i>As artes de pesca em Sesimbra</i>	229
Ana Alcântara <i>A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)</i>	237
Carmen Carvalho e Purificação Pereira <i>Os lagares de azeite na vila de Grândola</i>	247
Carlos Mouro e Horácio Pena <i>Um colecionador de utilidades: António Casimiro Arronches Junqueiro (1868-1940)</i>	257
Gentil José Cesário <i>1755 - O terramoto de todos os santos em Santiago do Cacém</i>	279

Barreiros e Barreiro

Considerações em torno de um topónimo

ROSALINA CARMONA*

RESUMO

Este trabalho regista a presença da actividade de extracção de barro – em *barreiros* – para a produção de recipientes cerâmicos, ou simplesmente para a laboração de fornos de cozer telha e tijolo. A existência de três estações arqueológicas onde eram produzidos recipientes de cerâmica, datadas de períodos históricos distintos, vem confirmar que esta foi uma actividade exercida pelas populações locais, desde há milénios.

Este trabalho propõe ainda uma comparação entre as interpretações de Horácio Alves e Armando Silva Pais, acerca das origens do nome do Barreiro e, assumindo o papel do historiador, tenta-se compreender em que medida é que uma ou outra hipótese, ou ambas, permanecem válidas à luz do conhecimento actual.

Certos nomes de lugar habitam a memória colectiva e permanecem desde sempre no nosso quotidiano. Outros apenas sobrevivem na penumbra dos arquivos, à espera de serem resgatados.

No concelho aparecem 4 topónimos cuja ideia base é a palavra barro; são eles *Barreiro*, *Barreiro Pequeno*, *Porto do Barro*; *Vinha do Barro*. Estes casos, que sugerem imediatas associações com a composição dos solos enquadrar-se-iam, segundo Joseph Piel, na categoria de topónimos filiados «em expressões relativas à orografia e ao aspecto geral do

ABSTRACT

This paper shows the presence of the activity of clay extraction, from “barreiros” pits for the production of ceramic containers, or simply for ovens dedicated to tile and brick production. The existence of three archaeological sites where there were produced containers of pottery, dated of different historical periods, comes to confirm that this was an activity practised by the local populations, from thousands years ago.

This paper still proposes a comparison between the interpretations of Horácio Alves and Armando Silva Pais, concerning the origins of the name of Barreiro Municipality and, assuming the role of the historian, the author tries to understand, in what measure either hypothesis, or both, remain valid to the light of the current knowledge.

terreno»¹ mas, poderiam citar-se igualmente outros exemplos, que podem constituir os últimos indícios sobre os tipos de fauna e flora que em tempos existiram no concelho do Barreiro. Com efeito, os topónimos constituem, muitas vezes, a chave para a compreensão de certos factos do passado, relacionados com a história do território.²

Com este trabalho pretende-se contribuir para a reflexão sobre o topónimo Barreiro e procura-se compreender, em que medida, os factores de ordem geomorfológica influenciaram a denominação local.

*Rosalina Carmona. Téc. Sup. Principal. Câmara Municipal do Barreiro.

1 - PIEL, Joseph – Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo, in Sep. *Revista Portuguesa de Filologia*, Tomo I, vol. I, Coimbra, 1947, p. 170.

2 - Muito embora não sejam estes casos o nosso objecto de análise, surgem no concelho do Barreiro dois curiosos exemplos: Vale de Zebro e Santo António da Charneca. No primeiro caso existem 14 localidades no nosso país com este nome, o que demonstra como se trata de uma situação recorrente atribuir o nome de um animal a uma região onde este é relativamente comum: «...uma categoria relativamente importante de nomes em causa é constituída por designações tiradas da fauna, quer dizer de nomes de animais...» PIEL, Joseph – “Februs” Uma relíquia lexical zoonímica Latina”, in Sep. *Revista de Guimarães*, vol. 78, Guimarães, 1968, p. 3.

O zebro ou zevro é citado no Foral de Lisboa de 1179 entre o gado cavalari que pagava foro, tratando-se de uma espécie equídea nativa que sobreviveu em Portugal como animal selvagem e domesticado até ao século XV, tendo sido caçado até à extinção. Ao chegar ao continente africano foram os portugueses que atribuíram nome à zebra, pelas semelhanças que lhe encontraram com o espécimen continental conhecido. «Pela sua similitude, foi assim designada a zebra, que os portugueses baptizaram em África.» Cf. João José Alves DIAS – “Os Condicionismos Técnicos” in *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, ed. Presença, Lisboa, 1998, p. 62. Terá sido a existência deste pequeno equídeo que originou aquele topónimo do concelho do Barreiro? É um assunto a merecer reflexão.

No caso de Santo António da Charneca pudemos supor como seria aquele espaço antes do aparecimento da povoação: uma gândara imensa e deserta, o que hoje nos parece quase inimaginável, face à expansão urbana e ao retrocesso da floresta verificados no último século.

A exploração económica da argila – os *barreiros* locais – e o conhecimento da existência de inúmeras olarias um pouco por todo o concelho³ permitem concluir sobre a origem de uma tradição milenar de produção oleira, que se terá extinguido apenas no século XX.

Tal facto pode parecer hoje surpreendente, pois a memória desta actividade perdeu-se completamente e só é possível resgatá-la através da arqueologia ou da pesquisa documental.

A presente contribuição é suportada pelas fontes de arquivo, bibliografia e arqueologia, com as quais se pretende lançar alguma luz sobre o assunto.

BARREIROS E PRODUÇÃO CERÂMICA: DADOS DA ARQUEOLOGIA E DA INVESTIGAÇÃO

A produção cerâmica parece definir um aspecto importante da identidade do Barreiro, constituindo um fenómeno que atravessa os tempos e chega até à época contemporânea.

Com efeito, os primeiros registos arqueológicos de exploração de *barreiros* nesta zona reportam-se ao final do período neolítico, quando uma comunidade humana se fixou na Ponta da Passadeira, Lavradio, dando origem a um centro de produção oleira de importância económica ímpar. Neste local, foi identificado pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, em 1995, um povoado neolítico, que desenvolvia uma «importante especialização funcional no domínio da olaria», e aproveitava a «existência de “barreiro” formado a montante do cordão arenoso»⁴, para fabrico dos recipientes cerâmicos.

Outros testemunhos históricos de actividade oleira são assinalados nos séculos XV e XVI, pela arqueologia que identificou, até ao presente, duas, unidades de produção no concelho do Barreiro, uma das quais na Mata da Machada e outra bem perto do mesmo local.

«Rodeado de uma extensa mata de pinheiros, gerida directamente pela Casa Real desde o século

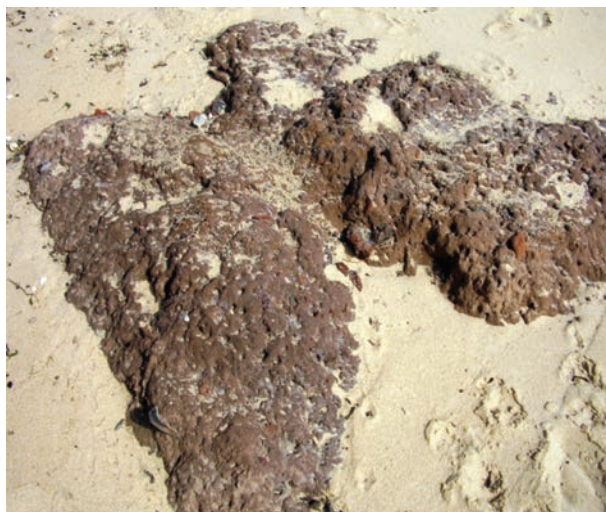


Fig. 1 - Entulheira de um forno cerâmico na Ponta da Passadeira.



Fig. 2 - “Barreiros” ainda existentes na Ponta da Passadeira.

XIV [...] o complexo oleiro da Mata da Machada, com a sua fonte de água doce a escassos metros e com um embarcadouro anexo, reunia todas as condições que o tornaram, durante muito tempo, importante fornecedor da praça de Lisboa.»⁵

Um outro sítio arqueológico contemporâneo da Mata da Machada localizava-se em Santo António

3 - Trata-se de uma intensa actividade, cuja presença só é detectada através do estudo da documentação histórica, visto que actualmente já nada resta.

4 - Cf. SOARES, Joaquina – *Barreiro Pré-Histórico. Ponta da Passadeira*, CMB/MAEDS, Barreiro, 1996.

5 - TORRES, Cláudio – *Um forno cerâmico dos sécs. XV e XVI na cintura de Lisboa*, Câmara Municipal do Barreiro, s.d., P. 2.



Fig. 3 - Forno de produção cerâmica da Mata da Machada.

da Charneca⁶ e o seu espólio foi recolhido em 1997. Provavelmente tratava-se de mais uma, entre muitas outras, oficinas de cerâmica, instalada no interior da vasta mata que compreendia toda a zona, de Vale de Zebro a Barra Cheia, no concelho da Moita.

Até ao momento, apenas foram identificados no concelho do Barreiro estes dois centros produtores de cerâmica, mas, é provável que outros existissem na região⁷, dadas as tipologias fabricadas e sua relação com os empreendimentos da expansão marítima, nomeadamente as formas de pão de açúcar, destinadas aos engenhos açucareiros insulares.

Por sua vez, a investigação de arquivo permite-nos revelar informação que atesta uma permanente exploração económica dos *barreiros* da Outra Banda, como actividade rentável que se destinava não só à produção local, mas também às oficinas de Lisboa.

O conceito de *barreiro* encontra-se explícito em documento datado de 1460, referente a uns *barreiros* em exploração no termo de Coina, de que a seguir damos conta.⁸

Com efeito, um documento do Mosteiro de Santos-o-Novo, informa sobre a recolha de barro em

Coina, quando Luís Martins, morador nesta localidade, é acusado de ter tirado dos «*barreiros de couina*» uma quantidade de barro sem autorização da donatária da vila.

Segundo esta fonte, «*a senhora comendadeira e donas do dito moesteyro tynhã enprazado a Lucas Bornaldes oleyro morador no aRavalde da dita cidade [de Lisboa] todo o barro que elle poder tirar em todollos termos da dita sua Villa de Couina*»⁹. Todavia, Luís Martins «*por sua propria autoridade mādara tirar e cavar do dito barro a çertos homeês da dita cidade [de Lisboa]*», não tendo permissão para tal.

A questão terminou com o acordo das partes e Luís Martins acabou por ficar com uma certa porção do barro extraído – uma barcada – que poderia vender a quem bem quisesse.



Fig. 4 - Formações geológicas em Covas de Coina.

6 - BARROS, Luís; CARDOSO, Guilherme; GONZALEZ, António – Primeira notícia do forno de Santo António da Charneca, Barreiro, in *Actas das I Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul*, Câmara Municipal do Barreiro, 2000, p. 72-87.

7 - No concelho da Moita existe o topónimo Pinhal das Formas onde Cláudio Torres recolheu diverso espólio de superfície, o qual pode ser visto nas Reservas Museológicas da Câmara Municipal do Barreiro. Cf. CARMONA, Rosalina; SANTOS, Cátia – *Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos séculos XV-XVI*, Câmara Municipal do Barreiro, 2005, p. 34.

8 - Cf. IAN/TT, Mosteiro de Santos-o-Novo, Maço 61, cx. 15, doc. 1228.

9 - Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT), Mosteiro de Santos-o-Novo, maço 61, doc. 1228.



Fig. 5 - Formações geológicas em Covas de Coina.

Já foi demonstrada pela arqueologia a importância da produção oleira no contexto da expansão marítima dos séculos XV e XVI, nomeadamente através da descoberta de várias oficinas de produção cerâmica, mas a exploração de argila como um recurso existente em grande abundância foi uma actividade comum até à época contemporânea, em toda a região.

Em 1777 regista-se a venda de uma propriedade em Coina, adquirida por Manuel de Sousa, da cidade de Lisboa. Constava esta de uma courela de pinhal, uma vinha no sítio da Quinta da Areia e «*huns pardiejros que foram casas com seu quintal e nelle hum forno de cozer telha nesta mesma villa, junto a Irmida de Nossa Senhora dos Remedios*»¹⁰.

No século seguinte, em Novembro de 1857, podemos assinalar que a Câmara do Barreiro deliberou autorizar a António Gomes Padre-Nosso, morador em Palhais, a construção de uns fornos de cozer tijolo e fazer telhas, num terreno inculto nos mouchões do Coina, junto à Quinta da Fidalga.¹¹

Prosseguindo, no ano de 1863 Manuel Lourenço do Barreiro tomou de arrendamento a Quinta de S. João, igualmente em Palhais, a João Douthas(?) morador na Quinta das Canas, com a finalidade

de de ali «*fazer uma experiência em uma porção de barro que fica ao Nascente da Estrada Real*»¹². Do contrato consta que o senhorio procederia ao abastecimento de certa quantia à renda «*caso continue a tirada de barro seja ella por muitos ou poucos dias em cada um ano. Que do sítio donde saíha o barro athe á Estrada Real que fica ao poente da Quinta abrirá ele senhorio outorgante uma Estrada por onde será a servidão dos empregados na tirada do mesmo barro...*»¹³

Por fim, temos notícia que em 1924 ainda estava em funcionamento um fabrico de cerâmica, nos arredores da vila do Barreiro¹⁴. Tratava-se de uma oficina artesanal, composta por fornos de fazer e cozer tijolo, numa fazenda que possuía Serafim de Melo, na Lezíria do Barreiro, perto do Alto de Santa Bárbara. Este agricultor e comerciante vendeu esta propriedade à CUF que, a partir de 1932, utilizou aqueles terrenos para ampliação do Bairro Operário¹⁵.

Como se pode verificar pelos exemplos citados, a produção oleira parece ter constituído uma actividade económica relevante, desenvolvida pelas populações do concelho do Barreiro, de forma recorrente ao longo da história. É quase como se todo o território constituísse um enorme *barreiro* e, de forma natural, a região fosse incorporando este nome.

O BARREIRO GEOLÓGICO

O território correspondente ao actual concelho do Barreiro situa-se na Península de Setúbal, área de confluência das bacias hidrográficas do Tejo e do Sado. Está inscrito na vasta planície aluvial, que se estende de Lisboa à Serra da Arrábida, explanando-se pelos concelhos de Alcochete, Montijo, Moita, parte do de Palmela e prolonga-se até Vendas Novas.

Todo o território é dominado pela bacia hidrográfica do Tejo «constituído por terrenos arenosos, pertencentes ao grupo quartenário inferior. Estas terras, dispostas em camadas estratificadas, vêm em decli-

10 - Arquivo Distrital de Setúbal (ADS), Notarial da Vila de Coina, Lº nº2, 1777-1785, fl.6.

11 - Arquivo Municipal do Barreiro (AMB), Livro dos Acórdãos, 1854.

12 - O interesse deste documento reside no facto de indicar, com precisão, um dos muitos barreiros perto do Rio Coina que, ainda esporadicamente, continuam a ser aproveitados.

13 - ADS, Notarial do Barreiro, 1863, fl 28.

14 - Biblioteca Nacional de Lisboa, *Anuário Comercial do Barreiro*, 1920.

15 - Cf. PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Antigo e Moderno*, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, p. 36.

ve sucessivo até ao Tejo, onde, recebendo os lodos por ele depositados, formam uma parte de sapal...»¹⁶.

Os solos concelhios caracterizam-se pela presença de elementos argilosos-siliciosos, silico-argilosos e aluviões modernas, consoante a percentagem da sua composição, com grande predominância para os primeiros¹⁷.

Na parte sul do concelho registam-se abundantes afloramentos e veios de barro próximos da superfície – «*sobretudo na encosta oriental da matta de Valle de Zebro, onde vem terminar a grande planície de Santo António da Charneca e parte da Barracheia*»¹⁸.

O mesmo tipo de dados é referido no Relatório Florestal das Matas da Machada e Vale de Zebro¹⁹, mas é possível encontrar outros *barreiros*, um pouco por todo o território que actualmente faz parte do concelho.

Foi a existência destas argilas em quantidade e qualidade e de um arvoredado denso e cerrado, proporcionando o combustível essencial ao fabrico cerâmico, que determinaram o aproveitamento económico dos recursos naturais e deram origem à prática de actividades como a produção oleira, em diferentes pontos do concelho, ao longo dos tempos.

Passaremos em seguida a apontar alguns topónimos, que podem ter surgido a partir de uma provável relação de influência entre os elementos geológicos já referidos e as características específicas próprias dos terrenos. São eles *Barreiro*, *Barreiro Pequeno*, *Porto do Barro*, *Vinha do Barro*.

BARREIRO

As mais antigas referências ao topónimo *Barreiro*²⁰ datam de 1322. Porém, as menções a lugares como Alhos Vedros e Lavradio podem recuar a 1298²¹, o que pode indicar que estes núcleos já estariam formados como povoações, desde épocas bastante remotas.

Calcula-se que o Barreiro tenha sido habitado desde a Pré-história, a julgar pela abundância de materiais líticos recolhidos por diversas pessoas na zona ribeirinha norte²² e em outros locais, como por exemplo no Alto da Paiva²³.

Sobre o topónimo Barreiro e a forma como terá surgido, vejamos, ainda que brevemente, o que nos dizem autores barreirenses que produziram pensamento sobre o assunto, como Horácio Alves e Armando Silva Pais²⁴.

O primeiro autor elaborou, na década de 40, uma monografia sobre o Barreiro²⁵ onde considera que «o nome *Barreiro* havia de indicar o que faz ou produz barro; o que contem barro ou, enfim, o que era próprio e original de barro»²⁶. Propõe uma interpretação bastante elaborada sobre o assunto e considera que se deve procurar a génese do topónimo na palavra *barro* ou *barros*, cujo significado mais antigo seria «quintas ou casais habitados, isto é, aldeias com terrenos anexos»²⁷.

Os *barros* constituiriam em sua opinião uma forma de organização espacial e não uma característica geomorfológica, intrínseca ao território. Des-

16 - MELO, Eugénio Freitas Bandeira de – Monographia do Concelho do Barreiro, in *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, nº12, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p.1138.

17 - Id., *Ibid.*

18 - ARAÚJO, Augusto Gomes – Duas palavras sobre o estado agrícola do Concelho do Barreiro 1865, in *Um olhar sobre o Barreiro*, nº3, ed. Augusto Valegas, Barreiro, 1985, p.22.

19 - GOMES, Bernardino Barros – *Relatório Florestal sobre as Matas da Machada e Valle de Zebro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1865, p. 20.

20 - Constatam de um documento sobre a existência de marinhas de sal no Barreiro e na Verderena. Cf. VARGAS, José Manuel – O mais antigo documento, conhecido, para a História do Barreiro in *Um Olhar Sobre o Barreiro*, nº 1, III Série, 1992, p.2.

21 - Data em que Pero Infante e João Domingues o Velho trocam entre si umas courelas de vinha em Alhos Vedros e Lavradio. Vd. CARMONA, Rosalina – *Lavradio: a Igreja de Santa Margarida 1492-1569*, Junta de Freguesia do Lavradio, 2004, p. 15.

22 - Ao longo dos anos várias pessoas recolheram artefactos em pedra polida (instrumentos de corte, raspadores, lascas, etc.) nas praias do Barreiro. Cita-se aqui o exemplo do Sr. Júlio Tavares, que possui uma grande colecção.

23 - Horácio Alves informa ter sido recolhido nos anos 40 no Alto da Paiva, antes da urbanização das antigas vinhas ali existentes, um machado em pedra polida, posteriormente depositado no Museu Nacional de Etnologia. Cf. ALVES, Horácio – *A Vila do Barreiro*, ed. autor, Barreiro, 1940, p. 10.

24 - Este trabalho não ignorou a interpretação de José Augusto Pimenta que aponta como supostos fundadores da povoação os pescadores algarvios, que pescando na barra do Tejo, teriam dado princípio ao Barreiro. Contudo, face às razões apresentadas por dois autores como Horácio Alves e Armando Silva Pais, concordamos que este argumento não possui a necessária sustentação histórica. Cf. PIMENTA, José Augusto – *Memória Histórica e Descritiva da Vila do Barreiro*, Lisboa, 1886.

25 - ALVES, Horácio – *A Vila do Barreiro*, ed. autor, Barreiro, 1940.

26 - Idem, p.71.

27 - ALVES, p.73.

te modo, um conjunto de *barros* seria um *Barreiro*, ou seja, uma região habitada por comunidades organizadas em torno da propriedade rural.

Na verdade, a teoria de H. Alves vai ao encontro do que apurámos através da investigação documental, pois confirma-se que, durante toda a Idade Média, existiu na região do Barreiro, como em toda a Margem Sul, um povoamento esparso mas organizado em pequenas comunidades, agregadas em casais e quintãs, com uma economia estruturada em torno da lavoura, do sal e da pesca.

A existência de várias quintas, ou *barros* no conceito de H. Alves, comprova-se ao menos desde 1376, data em que o Cabido da Sé de Lisboa andava em demanda judicial, por causa de um legado de várias propriedades que Dona Sancha Pires lhe havia deixado. Entre elas a da Castanheira, «a do Barreiro, a da Torre, a do Lavradio que estão em Ribatejo com suas casas e marinhas»²⁸. Muito provavelmente, terá sido a partir de uma destas quintas que principiou a freguesia do Barreiro, criada por alvará régio de D. João II em 12 de Fevereiro de 1487.

Aparentemente em sentido diverso, parece conduzir a explicação proposta por Armando Silva Pais,



Fig. 6 - Formação geológica junto à estação do Barreiro-A.

ao afirmar residir a origem do topónimo na natureza geológica do território. Cita João Baptista de Lima que afirma, por sua vez, que as povoações da orla marítima do Tejo adoptaram os nomes de «coisas que neles abundavam: Barreiro, Lavradio, Moita, Pinhal Novo, Seixal, Amora, Palhais, Azeitão, etc.»²⁹.

Silva Pais compara o Barreiro a uma freguesia do mesmo nome, existente no concelho de Tondela, que terá adquirido aquela denominação, em virtude dos enormes *barreiros* que ali existiam, nos quais se fabricava cerâmica diversa. Acrescenta que grande número de povoações portuguesas de igual nome, deveriam a sua designação ao mesmo factor, concluindo o seguinte:

«O nome do Barreiro irá, pois, encontrar-se na natureza de uma zona do seu subsolo ou na disposição do solo em que assentou a povoação.»³⁰.

A teoria de Armando Silva Pais encontra adequação nos argumentos geomorfológicos, que podem explicar perfeitamente o aparecimento do topónimo. Senão vejamos: um dos significados etimológicos para a palavra *barreiro* indica «sítio de onde se tira barro»³¹ e tal como ficou demonstrado anteriormente, é um facto que o concelho apresenta, em certos locais, características geológicas de natureza argilífera, sabendo-se que os seus barros foram explorados desde épocas remotas, até ao século XX. É portanto natural que o topónimo *Barreiro* surgisse associado a elementos naturais, típicos do solo ou da paisagem, como refere Joseph Piel³² e, gradualmente, se fosse afirmando com essa conotação.

Rematando os paralelismos entre uma e outra versão, concluímos que os argumentos de ambos os autores não são contraditórios entre si e ao invés, podem até ser complementares, pois se é verdade a existência de quintas/*barros* desde os primórdios do povoamento nesta região, não o é menos a exploração de barreiros. Desse modo, o aparecimento do topónimo resultaria, não de um elemento paisagístico único mas da conjugação de vários factores complementares.

28 - BNL, RES, Cabido da Sé de Lisboa, Cod. 8952.

29 - PAIS, Armando da Silva – *O Barreiro Antigo e Moderno*, Câmara Municipal do Barreiro, 1963, p. 37.

30 - PAIS, Ob. cit., p. 37.

31 - COSTA, J. Almeida; SAMPAIO e MELO, A. – *Dicionário de Português*, Porto editora, 3ª ed., s.d., p.191.

32 - Vd. a nota nº1 deste trabalho.



Fig. 7 - Aspectos do Barreiro no início do século XX. Pintura de Belmiro Ferreira.

BARREIRO PEQUENO

Trata-se de um topónimo há muito caído no esquecimento, mas foi possível reconstituir a sua memória, através da investigação histórica.

O topónimo Barreiro Pequeno aparece em 1483, aplicado a um lugar nos arrabaldes do Barreiro, onde existiam várias quintas, uma das quais propriedade de João Alvares, escudeiro da Casa Real no tempo de D. João II, que ali tinha a sua moradia³³.

No mesmo local do Barreiro Pequeno, ou perto dele, temos conhecimento que em 1592 existia uma propriedade, de que era possuidora Dona Francisca de Azambuja, que a arrendou a Francisco Antunes, de Santarém, por treze anos e treze novidades.

«...hũa sua quinta que ella tem no çitio donde chamão ho Barreiro pequeno, termo desta villa, que parte do norte cõ camjnho que vaj para o Vale e do leuante cõ vjnhas de Gonçalo Pirez e de Caterina Mendes e do poente cõ camjnho que vaj do mar pera a Verderena...»³⁴.

Esta quinta e uma outra propriedade anexa, constituída por um prazo de sete courelas de vinha, já fora arrendada antes de 1592 por Álvaro Mendes de Vasconcelos cavaleiro da Casa Real, casado com Dona Francisca de Azambuja, que pereceu em África em 1580 na companhia do rei D. Sebastião.



Fig. 8 - Barreiro rural, antes da construção das fábricas da CUF.

Depois de 1621, com a morte de D. Francisca, as propriedades integraram uma capela, que esta senhora legou aos monges arrábidos do Convento da Madre de Deus na Verderena.

Já no século XVIII, o nome aparece como Barreiros Pequenos e é descrito como um campo de vinhedos, rodeando a velha ermida quinhentista de Santa Bárbara, tendo sido aforado em 1775 pelo Padre João Rodrigues Preto, pároco do Barreiro³⁵.

Depois desta data não possuímos mais referências ao topónimo, ter-se-á perdido e caído no esquecimento.

Pelas descrições da localização, o Barreiro Pequeno seria onde hoje existe o Bairro Operário da CUF.

PORTO DO BARRO

Porto do Barro era uma das 10 marinhas de sal existentes no concelho do Barreiro, ainda em exploração em 1958, todas na freguesia do Lavradio. Nesta data a marinha *Porto do Barro* pertencia à Companhia União Fabril, tal como a marinha Branquinho, a Coitadinha e a Nova³⁶. No início dos anos 70, todas as marinhas e terrenos junto à faixa litoral foram adquiridos por aquela empresa, para ampliação das suas instalações industriais.

33 - «Joham Alvarez escudeiro do dito senhor morador no Barreiro pequeno...». IAN/TT, Chancelaria de D. João II, L^o 22, fl. 30v.

34 - CARMONA, Rosalina - ...do Barreiro ao Alto Seixalinho. Um passado rural e operário, Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, 2005, p. 34.

35 - IAN/TT, Desembargo do Paço, Ilhas, Maço 1989, doc. 7, cx. 1829.

36 - SILVA, João Ferreira - *Inquérito à Indústria do Sal*, Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, VII vol., 1958, p. 78.



Fig. 9 - Marinha Porto do Barro à entrada do Lavradio, início do século XX.

A marinha *Porto do Barro* situava-se na zona em que actualmente assenta a parte inicial do leito da Rua da Indústria, no Lavradio.

VINHADO BARRO

Trata-se de uma fazenda que foi arrendada em 26 de Agosto de 1902, por Domingos Marinho a Manuel Castelo, corticeiro. Era composta por «casas de habitação, casa de caseiro e cocheira, terras de semeadura, vinha, horta, poço com sua nora, oliveiras, e árvores de fruto»³⁷. Situava-se na antiga Guarda das Palmeiras e confrontava ao Norte com o caminho-de-ferro e Alfredo José Azoiano; Sul com José Augusto Rodrigues e com Vicente Ferreira de Assumpção; Nascente com Alfredo J. Azoiano e Poente com Joaquim Fernandes Capela e caminho de serventia das fazendas.

CONCLUSÃO

Ao longo do texto registámos a presença de actividades como a extracção de barro em *barreiros*, para a produção de recipientes cerâmicos em olarias, ou simplesmente em fornos de fazer e cozer telha e tijolo. A existência de três estações arqueológicas, datadas de períodos históricos distintos, vem confirmar que a produção cerâmica foi uma actividade regular, exercida pelas populações locais que, desde há milénios habitam estes lugares.

Em meados do século XIX, o caminho-de-ferro revolucionou a economia local, colocando o

Barreiro no caminho da indústria. Transformações profundas, resultantes da industrialização, levaram à extinção actividades ancestrais, como a produção de cerâmica, a exploração de barro, o corte de lenha e madeira, entre outras, muito comuns no concelho até então. Todavia, foi especialmente a partir da instalação da CUF que o concelho alterou radicalmente a feição económica, descobrindo a sua vocação industrial, característica que o definiu durante todo o século XX. Desta forma, se pôs termo a antigas actividades que, em pequenas oficinas, se multiplicavam por todo o concelho.

Neste trabalho também se comparam as interpretações de Horácio Alves e Armando Silva Pais, acerca das origens do nome do Barreiro e, assumindo o papel do historiador, tenta-se compreender, em que medida é que esta ou aquela hipótese, ou ambas, permanecem válidas à luz do conhecimento actual.

À primeira vista, a interpretação de Armando Silva Pais, que alvitra que o topónimo Barreiro terá resultado da aplicação de um nome comum a um lugar – que possuía certas características intrínsecas, no caso ligadas à composição dos solos – parece confirmar-se do ponto de vista histórico. São vários os exemplos apresentados pela arqueologia e pela investigação histórica, desde a Pré-história ao século XX, de fabricos cerâmicos que aproveitaram os *barreiros*, como um dos recursos naturais que aqui existiam em maior abundância: o barro para a produção oleira. A existência deste elemento geológico, em toda a região, é corroborada por relatórios científicos, elaborados em meados do século XIX, sobre o tipo e a composição dos solos.

A análise proposta por Horácio Alves é diversa. Mergulha na etimologia, para descobrir o sentido das palavras, e encontra a génese do topónimo Barreiro num tempo remoto. No seu ensaio histórico conclui que, *Barreiro* e *barro* procedem da mesma origem e estão relacionados com o tipo de povoamento existente na região.

Surpreendentemente, ou não, também este argumento encontra justificação histórica, à luz dos conhecimentos actuais.

Em resultado da investigação que temos efectuado sobre a história do Barreiro, reunimos o conjunto de informação que aqui foi exposto. A partir dele concluímos a justeza de ambas as interpretações.

37 - ADS, Cartório Notarial do Barreiro, 1902.